



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VILA FLORES**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Administração Direta do Exercício
Financeiro de 2015.**

NOTA 1 - Contexto Operacional

A Administração Direta compreende os órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por sete (7) Secretarias Municipais, seis (6) Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

As demonstrações contábeis estão apresentadas de forma consolidada, abrangendo todas as entidades do Município.

NOTA 3 - Critérios na elaboração das demonstrações contábeis e informações complementares

Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para receitas e despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais

ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

Ativo e Passivo

O valor das disponibilidades financeiras totais apurado no Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 16.748.100,14, é composto pelas seguintes destinações legais, aqui denominados recursos vinculados e recursos livres.

RECURSOS Código/Descrição	Disponibilidade	Obrigações	Superávit Financeiro
0001 – Recurso Livre	1.575.539,53	374.761,07	1.200.778,46
0020 – Manutenção e Desenvolvimento Ensino - MDE	9.820,25	7.438,60	2.381,65
0031 – FUNDEB	26.616,80	0,00	26.616,80
0040 – Ações e serviços públicos em saúde – ASPS	7.606,36	6.624,46	981,90
0050 – Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	13.963.811,37	0,00	13.963.811,37
1002 – Serviço Convivência e Fortal. Vínculos – SCFV	0,13	0,00	0,13
1003 – API	1,71	0,00	1,71
1006 - Merenda PNAE - Fundamental	0,25	0,00	0,25
1009 - Salário educação	24.669,48	15.821,76	8.847,72
1010 – PPD	2.134,85	0,00	2.134,85
1052 – Transporte PNATE - fundamental	1.649,58	0,00	1.649,58
1054 – Cide	4.472,15	0,00	4.472,15
1055 – Alienação de bens	129.667,78	45.460,74	84.207,04
1067 - Bolsa família	9.277,74	0,00	9.277,74
1076 - Merenda PNAE – infantil	12,49	0,00	12,49
1083 – Merenda PNAE – médio	74,66	0,00	74,66
1084 – Transporte PNAT - infantil	58,78	0,00	58,78
1085 – Transporte PNATE - médio	2.131,70	0,00	2.131,70
1090 - Multas de trânsito	914,55	0,00	914,55
1092 - Fundo do meio ambiente	25.819,26	0,00	25.819,26
1190 – Programa de atenção integral á família	10.072,85	0,00	10.072,85
1196 – IGD – Suas	3.475,70	0,00	3.475,70
1200 - Fundo municipal da cultura	968,85	662,07	306,78
1202 – Merenda PNAE AEE Especial	77,85	0,00	77,85
1203 – Merenda PNAE EJA	318,45	0,00	318,45
1205 –Aquisição de móveis e equipamentos FNDE	16.516,74	0,00	16.516,74
1209 – Piso Básico Variável - SCFV	27.365,87	0,00	27.365,87
1211 - Seguro sinistro	475,99	0,00	475,99
1212 - Aquisição de pá carregadeira	300.121,90	175.400,00	124.721,90
1213 - Maquinas e equipamentos - patrulha agrícola	1.000,00	0,00	1.000,00
1215 – Pavimentação vias urbanas – 1ª etapa	125.430,49	245.850,00	-120.419,51*
1216 – Pavimentação vias urbanas – 2ª etapa	225.182,92	450.000,00	-224.817,08*
1217 – Pavimentação vias urbanas – 3ª etapa	0,00	265.630,00	-265.630,00*
1220 – Projeto jogando para o futuro	349,30	0,00	349,30
1221 – Assistência social – FMAS	6.154,39	1.630,63	4.523,76
1222 – Novas turmas de educação infantil	6.491,13	0,00	6.491,13
1223 – Construção do CRAS	0,00	262.111,52	-262.111,52*
1224 – Construção da creche – FNDE/PAR	0,00	944.501,70	-944.501,70*
4002 – Alienação de bens - saúde	16.597,23	0,00	16.597,23
4011 - Incentivo atenção básica	42.854,50	0,00	42.854,50
4040 - Verão gaúcho	103,21	0,00	103,21
4050 - Farmácia básica	3.820,84	0,00	3.820,84
4090 – PSF/ESF - Equipes saúde da família	4.473,67	0,00	4.473,67
4234 - Aquisição de ambulâncias	5.633,36	0,00	5.633,36
4501 - Média e alta complexidade	3.095,06	0,00	3.095,06
4510 - Pab fixo	1.502,19	0,00	1.502,19

4520 - ESF- Estratégia saúde da família	10.548,92	0,00	10.548,92
4521 – PMAQ – programa de melhoria da qualidade	16.494,90	0,00	16.494,90
4590 - Teto financeiro	242,32	0,00	242,32
4710 – Vigilância e promoção da saúde	29.674,71	0,00	29.674,71
4770 - Farmácia básica fixa	414,44	0,00	414,44
4934 – Aquisição de equipamentos – UBS	11.873,24	6.862,00	5.011,24
4935 – Construção/ampliação UBS	491,47	0,00	491,47
4936 – Equipamentos FNS/UBS	91.998,23	64.926,89	27.071,34
TOTAL	16.748.100,14	2.867.681,44	13.880.418,70

Fonte: Relatórios Análise Financeira de Recursos

Nota: (*) valores negativos indicados com asterisco são valores a receber de recursos de Convênios.

Dívida Ativa – Curto e Longo Prazo

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazo foi realizada mediante a metodologia mais simples de cálculo sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.

Saldos da Dívida Ativa Tributária (principal, juros e multas)

Arrecadado 2013	Arrecadado 2014	Arrecadado 2015	Média Anual
17.408,84	28.282,92	47.697,87	31.129,88

Dívida Ativa – Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III, baseada na Avaliação de Estoque para Cálculo da Provisão, cuja técnica é a seguir apresentada, em quatro passos:

Avaliação de estoque para cálculo das Provisões, considerado os valores da dívida ativa tributária.

1º passo: constituiu-se o referido ajuste pela média percentual dos recebimentos totais de dívida ativa tributária (considerando o principal, multas e juros) ao longo dos últimos três exercícios, demonstrados no quadro seguinte:

Descrição	2013	2014	2015
Saldo Inicial da conta Dívida Ativa	224.586,89	190.773,76	302.543,48
Tributária	211.581,55	137.597,06	231.204,64
Não Tributária	13.005,34	53.176,70	71.338,84
Arrecadação de Dívida Ativa (principal, multas e juros)	17.408,84	28.282,92	47.697,87
% de recebimentos sobre dívida tributária	8,22%	20,55%	20,63%

2º passo: calculou-se a média percentual de recebimentos, ou seja, o êxito médio na arrecadação, nos seguintes termos:

$$(8,22\% + 20,55\% + 20,63\%) / 3 = \mathbf{16,47\%}$$

3º passo: obteve-se o percentual de frustração, como segue:

$$100 - \text{média de percentual de recebimentos } 16,47\% = \mathbf{83,53\%}$$

4º passo: obtenção do montante recuperável:

1 – Saldo global da conta dívida ativa (tributária) – exemplo 2015	231.204,64
2 – Valores transferidos para o curto prazo	38.079,41
3 – Saldo remanescente (1 – 2)	193.125,23
4 – Índices da provisão	83,53%
5 – Valor da provisão para perdas da dívida ativa (3 x 4)	161.317,50

O valor obtido no item 5 do 4º passo representa o saldo inicial da provisão para perdas em dívida ativa, demonstrado no Balanço Patrimonial.

NOTA 4 - Superávit financeiro e reabertura de créditos especiais e extraordinários

O superávit financeiro dos recursos vinculados indicados no Balanço Patrimonial do exercício de 2014 foram utilizados na abertura de créditos adicionais dentro de seus limites disponíveis, conforme o seguinte demonstrativo:

RECURSOS Código/Descrição	Disponibilidade	Utilização em créditos suplementares	Utilização em créditos especiais	Relação de Utilização de Créditos Adicionais / Superávit Financeiro %
0001 – Recurso Livre	1.421.242,00	1.414.642,00	6.600,00	100%
0020 – Manutenção e Desenvolvimento Ensino - MDE	27.421,27	27.421,27	-	100%
0031 – FUNDEB	5.992,17	5.992,17	-	100%
0040 – Ações e serviços públicos em saúde – ASPS	61.248,69	61.248,69	-	100%
0050 – Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	11.965.854,92	-	-	-0-

1002 – Serviço Convivência e Fortal. Vínculos – SCFV	0,12	0,12	-	100%
1003 – API	1,71	1,71	-	100%
1006 - Merenda PNAE - Fundamental	0,64	0,64	-	100%
1009 - Salário educação	1.531,67	1.531,67	-	100%
1010 – PPD	1.590,39	1.590,39	-	100%
1052 – Transporte PNATE - fundamental	139,82	139,82	-	100%
1054 – Cide	81,21	81,21	-	100%
1055 – Alienação de bens	153.391,89	153.391,89	-	100%
1067 - Bolsa família	4.197,17	4.197,17	-	100%
1076 - Merenda PNAE – infantil	114,62	114,62	-	100%
1083 – Merenda PNAE – médio	126,87	126,87	-	100%
1084 – Transporte PNATE - infantil	150,73	150,73	-	100%
1085 – Transporte PNATE - médio	92,49	92,49	-	100%
1087 – Aquisição de Equipamentos – Horticultura	1.916,46	1.916,46	-	100%
1090 - Multas de trânsito	844,20	-	-	-0-
1092 - Fundo do meio ambiente	43.603,40	43.603,40	-	100%
1190 – Programa de atenção integral á família	20.528,85	20.528,85	-	100%
1196 – IGD – Suas	3.914,96	3.914,96	-	100%
1197 – Transporte Educação Básica	7.666,53	7.666,53	-	100%
1200 - Fundo municipal da cultura	3.916,12	3.916,12	-	100%
1202 – Merenda PNAE AEE Especial	36,05	36,05	-	100%
1203 – Merenda PNAE EJA	29,10	29,10	-	100%
1205 – Aquisição de móveis e equipamentos FNDE	15.177,74	-	15.177,74	100%
1209 – Piso Básico Variável - SCFV	45.948,39	45.948,39	-	100%
1211 - Seguro sinistro	352,06	-	352,06	100%
1213 - Máquinas e equipamentos - patrulha agrícola	7.765,94	-	-	100%
1219 – Passe Livre Estudantil	1.457,29	1.457,29	-	100%
1220 – Projeto jogando para o futuro	150,02	150,02	-	100%
4002 – Alienação de bens - saúde	63,92	-	63,92	100%
4011 - Incentivo atenção básica	44.199,47	44.199,47	-	100%
4040 - Verão gaúcho	42.145,33	42.145,33	-	100%
4050 - Farmácia básica	2.962,68	2.962,68	-	100%
4090 – PSF/ESF - Equipes saúde da família	43.027,57	43.027,57	-	100%
4234 - Aquisição de ambulâncias	3.580,69	3.580,69	-	100%
4501 - Média e alta complexidade	4.417,36	4.417,36	-	100%
4510 - Pab fixo	5.151,96	5.151,96	-	100%
4520 - ESF- Estratégia saúde da família	13,25	13,25	-	100%
4521 – PMAQ – programa de melhoria da qualidade	8.543,93	8.543,93	-	100%
4590 - Teto financeiro	291,73	-	291,73	100%
4710 – Vigilância e promoção da saúde	34.875,88	34.875,88	-	100%
4770 - Farmácia básica fixa	2.003,78	2.003,78	-	100%
4934 – Aquisição de equipamentos – UBS	25.706,33	-	25.706,33	100%

NOTA 5 – Depreciação, amortização e exaustão.

Os ativos imobilizados adquiridos a partir de 23/02/1989 foram reavaliados inicialmente no ano de 2011 para aplicação das rotinas de depreciação, de acordo com as normas estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 3233 de 08 de dezembro de 2010, através de pesquisa de mercado e laudos técnicos de profissionais habilitados e depreciados, pelo método de expectativa de vida útil de cada um deles, com adoção da taxa anual de depreciação, de acordo com a categoria a qual pertencem.

As depreciações iniciaram na data de 07/10/2011, referente ao mês de setembro/2011 e são efetuadas de forma mensal a partir desta data.

No exercício de 2015, efetuou-se a Reavaliação Geral de todos os itens do Patrimônio Municipal, bens móveis e imóveis, utilizando-se os mesmos parâmetros da reavaliação inicial.

O valor contábil bruto e a depreciação acumulada no início e no fim do período estão sintetizados na relação seguinte:

Classe contábil	Valor contábil bruto	Depreciação Acumulada até 31/12/2014	Depreciação Acumulada até 31/12/2015	Valor contábil em 31/12/2015
485	Aparelhos de Medição e Orientação	2.702,08	3.478,12	5.815,96
486	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	12.514,28	16.188,02	25.529,73
487	Aparelhos, Equipamentos Médicos, Odontológicos e Hospitalares	83.154,65	109.588,44	72.438,57
488	Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	11.592,48	16.854,26	50.748,31
489	Aparelhos e Utensílios Domésticos	51.337,24	68.196,52	133.981,79
490	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	416,13	524,80	369,63
491	Coleções e Materiais Bibliográficos	874,94	2.124,40	5.261,32
492	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	9.780,76	16.746,60	28.844,90
493	Instrumentos Musicais e Artísticos	2.790,74	3.580,14	7.385,48
494	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	38.133,82	49.514,15	76.668,74
495	Máquinas e Equipamentos de Energia	18.812,76	26.011,72	26.141,22
496	Máquinas e Equipamentos Gráficos	14.602,12	19.721,03	34.199,99
497	Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	19.182,60	25.497,98	51.282,33
498	Equipamentos de Processamento de Dados	67.156,58	93.375,40	188.171,38
499	Máquinas e Utensílios de Escritório Diversos	6.018,83	8.034,26	18.347,89
500	Máquinas de Oficina Ferramentas e Utensílios de Oficina	5.134,15	6.840,13	16.610,05
501	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Agropecuários Máquinas e Equipamentos Rodoviários	1.565.265,87	2.082.813,68	1.866.097,17
502	Mobiliário em madeira Mobiliário em ferro, aço e outros ferrosos Mobiliário em plástico e outros materiais menos resistentes.	118.188,78	161.665,20	559.929,13
503	Veículos de Passeio Veículos de Carga/Passageiros Veículos de Carga	899.932,30	1.331.411,50	1.577.527,41
504	Acessórios para Veículos	1.698,75	2.294,68	4.608,08
505	Veículos sem tração Mecânica	222,12	354,57	1.923,86
515	Peças não incorporáveis à Imóveis - Executivo	24.406,07	34.180,74	83.797,47

516	Prédios	620.406,46	844.511,07	8.289.834,98
517	Terrenos	0,00	0,00	15.000.333,50
4062	Peças não incorporáveis a imóveis - Legislativo	5,78	37,13	1.218,65
TOTAL ACUMULADO		3.574.330,29	4.923.544,54	28.127.067,54

OBS 1: Não houve amortização e exaustão de nenhum item no período.

OBS 2: Os terrenos rurais e urbanos não sofrem depreciação.

Os ativos imobilizados adquiridos até o último dia de cada mês somente serão submetidos à depreciação após a conclusão das seguintes etapas:

- Inclusão total de todos os itens adquiridos no mês de competência.
- Implantação do valor residual de todos os itens novos no mês de competência.

Foi utilizada a seguinte relação de vida útil econômica e taxa de depreciação por classe do ativo:

Classe contábil	Valor contábil bruto	Vida útil (em anos)	Taxa de depreciação
485	Aparelhos de Medição e Orientação	10	10%
486	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	10%
487	Aparelhos, Equipamentos Médicos, Odontológicos e Hospitalares.	5	20%
488	Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	10	10%
489	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
490	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	5	20%
491	Coleções e Materiais Bibliográficos	5	20%
492	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro.	5	20%
493	Instrumentos Musicais e Artísticos	10	10%
494	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	10	10%
495	Máquinas e Equipamentos de Energia	5	20%
496	Máquinas e Equipamentos Gráficos	10	10%
497	Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
498	Equipamentos de Processamento de Dados	10	10%
499	Máquinas e Utensílios de Escritório Diversos	10	10%
500	Máquinas de Oficina	10	10%
500	Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
501	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Agropecuários	5	20%

501	Máquinas e Equipamentos Rodoviários	5	20%
502	Mobiliário em madeira	10	10%
502	Mobiliário em ferro, aço e outros ferrosos	20	20%
502	Mobiliário em plástico e outros materiais menos resistentes.	10	10%
503	Veículos de Passeio	5	20%
503	Veículos de Carga/Passageiros	5	20%
503	Veículos de Carga	5	20%
504	Acessórios para Veículos	10	10%
505	Veículos sem tração Mecânica	10	10%
515	Peças não incorporáveis à Imóveis	10	10%
516	Prédios	20	5%

Fonte: Decreto Executivo Municipal nº 3233 de 08 de dezembro de 2011.

NOTA 6 – Planos hierarquicamente interligados

Permitindo a integração dos planos hierarquicamente interligados, comparando suas metas programadas com as realizadas, evidencia-se que não houve diferenças relevantes.

Em relação às metas fiscais indicadas na Lei Municipal nº 1909 de 16/09/2014, que trata das diretrizes orçamentárias, observou-se que a sua realização, em comparação com a respectiva programação, comportou-se da seguinte maneira:

Resultado Primário

O Resultado Primário atingiu em 2015 o valor de R\$ 982.970,35, o que demonstra que foi favorável para suportar as despesas primárias.

Resultado Nominal

O Resultado Nominal atingiu em 2015, o valor de R\$ (-286.033,06) demonstrando que foi suficiente para suportar despesas com a dívida consolidada .

Foram analisadas as metas previstas nas Leis Municipais números 1774/2013, 1909/2014 e 1924/2014, que tratam, respectivamente, do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual. A avaliação do desempenho desses dados foi objeto das audiências públicas trimestrais, realizadas na Câmara de Vereadores, dando cumprimento ao art. 9, §4º, da Lei Complementar nº 101.

NOTA 7 - Ajustes decorrentes de erros e omissões

Não ocorreram no exercício ajustes desta natureza.

NOTA 8 – Utilização de normas subsidiárias

Não houve no exercício fatos contábeis de utilização no setor público de normas subsidiárias.

NOTA 9 - Ativos imobilizados e intangíveis obtidos a título gratuito

Não foram avaliados os ativos imobilizados e intangíveis obtidos a título gratuito.

NOTA 10 – Receitas e despesas intraorçamentárias

As receitas intraorçamentárias totalizaram R\$ 2.700.019,30, e se derivam dos seguintes fatos:

- Receita de contribuição do servidor
- Receita patronal do município
- Receita rendimentos de aplicações financeiras.
- Receita de aporte permanente de amortização déficit atuarial

As despesas intraorçamentárias totalizaram R\$ 709.759,46, e derivam dos seguintes fatos:

- Pagamento de aposentadorias e pensões
- Pagamento de pessoal gestor do fundo
- Outras despesas administrativas para manutenção do fundo FAPS.

NOTA 11 – Abertura de créditos adicionais

O Balanço Orçamentário, no que tange ao detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário), e aos valores referentes à abertura de créditos adicionais, está evidenciado abaixo:

Tipo de crédito	Total da despesa autorizada por tipo de crédito
Fixada	17.625.357,00
Suplementar	8.087.587,17
(-Reduções)	(2.951.020,41)
Especial	422.721,85
(-Deferidos)	0,00
Reabertura	0,00
Total	23.184.645,61

NOTA 12 – Repasse Duodécimo Legislativo

Transferências financeiras recebidas		Transferências financeiras concedidas	
Montante	Origem	Montante	Destino
424.225,96	Prefeitura	424.225,96	Câmara

NOTA 13 - Consolidação das demonstrações contábeis

Esta consolidação das demonstrações contábeis é composta pelos órgãos da Administração Direta, conforme evidenciado na NOTA 1 - Contexto Operacional, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- os ajustes e as eliminações decorrentes do processo de consolidação foram realizados em documentos auxiliares e não originaram nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades que formam a unidade contábil;
- as demonstrações contábeis integrantes da consolidação foram levantadas na mesma data.
- foram eliminados os valores de quaisquer contas decorrentes de transações entre as entidades incluídas na consolidação.

Não se verificaram efeitos relevantes na consolidação das demonstrações contábeis em razão da defasagem.

Vilmor Carbonera
Prefeito Municipal
CPF: 311.964.620-20

Vanessa Gusberti
Contadora - CRC/RS: 090.759/O-8
CPF: 003.034.440-96